



## Guerra na Ucrânia

# CONFLITO

## VAI TER EFEITO NO SETOR. ENERGIA, BANCÁRIO E IMIGRAÇÃO VÃO CRESCER

Face à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a *Advocatus* foi tentar perceber de que forma este conflito pode vir a mudar o panorama da procura dos serviços das sociedades de advogados. Procura de serviços nas áreas da energia, bancário e imigração podem aumentar.

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **D.R.**

O conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia teve início no dia 24 de fevereiro e desde então que várias cidades ucranianas têm sido alvo de bombardeamentos. Vladimir Putin, presidente russo, afirmou ser uma “operação militar especial” em território ucraniano com a necessidade de desmilitarizar o país vizinho.

Por todo o mundo tem crescido uma onda de condenação da posição tomada pela Rússia e várias são as sanções económicas, quer por parte de países europeus quer dos Estados Unidos da América, que têm sido colocadas em prática para com o país do leste.

Ainda sem um fim à vista, as consequências desta guerra ainda são incalculáveis. A *Advocatus* foi tentar perceber de que forma este conflito entre a Rússia e a Ucrânia pode vir a mudar o panorama da procura dos serviços das sociedades de advogados.

“Este conflito terá seguramente efeitos

de curto e médio prazo no setor energético europeu e mesmo mundial, quer ao nível das políticas energéticas quer das opções de investimento”, explicaram os sócios da Morais Leitão João Honorato e Rui de Oliveira Neves.

Para os advogados, estas alterações vão requerer soluções jurídicas estratégicas e de gestão contratual inovadoras em diversos domínios do setor energético de forma a responder aos desafios de segurança de abastecimento e sustentabilidade, incluindo os decorrentes de ambiente sancionatório.

“Portugal pode ser um dos países líderes do movimento de *reshaping* dos paradigmas energéticos que vão resultar deste conflito, mobilizando novos investimentos e novos serviços ligados à diversidade do cabaz de fornecimento e à segurança de abastecimento energético”, acrescentaram.

O *managing partner* da PLMJ, Bruno





Face a este novo contexto que o mundo atravessa, as sociedades de advogados questionadas pela Advocatus acreditam que podem ser suscitadas novas questões pelos seus clientes.



**MANUEL ANDRADE NEVES,**  
sócio da Abreu Advogados



**SARA MENDONÇA,**  
associada da Abreu Advogados

Ferreira, também acredita que o que estará em foco será a alteração do paradigma energético. “Neste âmbito, teremos certamente trabalho a fazer na reconfiguração do *mix* energético nacional, com uma aposta continuada na redução da dependência de combustíveis fósseis e incorporação reforçada da componente renovável”, referiu.

Segundo o líder, a firma está a antecipar o apoio jurídico a projetos de investimento que se enquadram neste panorama, sendo que já tinham começado a trabalhar nesta vertente antes deste conflito, nomeadamente na “reconversão de projetos que se constituíram no paradigma do *oil and gas* e que hoje estão a ser reconvertidos em projetos que são estruturantes da nova economia sustentável”.

A aceleração previsível de um conjunto de projetos e serviços associados a temas como a segurança do abastecimento, logística e digitalização que, “alinhados que já estavam pelo imperativo da sustentabilidade”, são agora acelerados pela urgência de repensar as cadeias de abastecimento e fornecimento.

“Neste tempo de transição, estamos a antecipar um aumento do trabalho relacionado com renegociações contratuais, resultante quer de mudanças de atividade, quer de alteração de pressupostos como é a questão do aumento dos preços da energia”, sublinhou Bruno Ferreira.

Já Manuel Andrade Neves, sócio, e Sara Mendonça, associada da Abreu Advogados, asseguraram que este novo paradigma já começou a fazer sentir-se no quotidiano do setor jurídico, com diversos contactos e pedidos de auxílio, uma tendência que acreditam que se manterá nos próximos anos.

“Por um lado, os cidadãos e empresas ucranianas que procurarão entrar e fixar-se em Portugal, com as várias questões que esse acolhimento e fixação necessariamente implicam em termos migratórios, fiscais, bancários e laborais. Por outro lado, os cidadãos e empresas russas que se veem cabalmente coartados na sua liberdade migratória, transacional, bancária e comercial”, explicaram.

Consciente que existem várias sociedades de advogados a operar em Portugal com escritórios e atividade na Rússia e



face às sanções impostas, Francisco Espregueira Mendes, sócio co-coordenador de Comercial, Societário e M&A da TELLES, acredita que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia vai mudar os serviços de advocacia.

“Na verdade, a quase totalidade dos escritórios de advogados condenaram a invasão da Ucrânia e muitos estão já a fechar as portas a clientes russos. No entanto, é muito importante separar “o trigo do joio”, recordando sempre que as sanções são contra a Rússia e não contra o seu povo, pelo que é importante não penalizar aqueles cidadãos russos que são também eles vítimas do despotismo do seu Presidente. É um desafio difícil que se colocará ao mundo ocidental nos próximos tempos e também aos escritórios de advocacia”, sublinhou o sócio.

#### TENDÊNCIAS PODEM MUDAR

Face a este novo contexto que o mundo atravessa, as sociedades de advogados questionadas pela *Advocatus* acreditam que podem ser suscitadas novas questões pelos seus clientes.

“Colocam-se vários desafios a nível migratório, transacional, comercial e bancário, com as especificidades próprias a que este contexto de conflito armado obriga e as quais seremos chamados a solucionar”, começaram por apontar Manuel Andrade Neves e Sara Mendonça da Abreu.

Segundo os advogados, a maior novidade

de irá prender-se com questões relacionadas com a defesa dos direitos humanos e com a operacionalização da ajuda humanitária prestada por entidades públicas e privadas e, ainda, por pessoas singulares a título particular. “Estas questões que, nas últimas largas décadas, ocupavam um plano essencialmente académico-teórico,



**PAULA GOMES FREIRE,**  
managing partner da Vieira de Almeida



**FRANCISCO ESPREGUEIRA MENDES,**  
sócio da TELLES

ganham hoje aplicabilidade prática, suscitando diversas problemáticas jurídicas que, do mesmo modo, seremos chamados a assessorar e a resolver”, acrescentam.

Apesar de não considerar que se possa falar “propriamente” de alteração do panorama na procura de serviços, Paula Gomes Freire, *managing partner* da Vieira de Almeida (VdA), afirmou que já estão a verificar algumas novas tendências.

A primeira prende-se com a atual crise de refugiados, que tem vindo a aumentar de dia para dia por força do conflito, e que tem levado a VdA a disponibilizar de

**Por todo o mundo tem crescido uma onda de condenação da posição tomada pela Rússia e várias são as sanções económicas que têm sido colocadas em prática para com o país do leste.**



forma “bastante intensa” serviços jurídicos *pro bono* aos que dele necessitam no âmbito de uma *task-force* multidisciplinar que criámos para o efeito.

“Apesar da exposição da economia portuguesa à Rússia, nalguns setores, ser inferior à da maioria dos países da UE, isso não significa que o conflito não tenha impacto relevante no nosso país. Exemplo disso é a subida dos preços dos combustíveis, que afeta o nosso tecido empresarial de forma bastante transversal. É, por isso, natural sentir-se uma maior procura de serviços jurídicos de apoio a questões que tipicamente se suscitam em contextos de maior crise. Aliás, não podemos esquecer

**No contexto deste conflito e das sanções impostas à Rússia, tanto por parte da União Europeia como dos Estados Unidos da América, poderá assistir-se a aumento da procura de serviços em áreas específicas.**



**RUI DE OLIVEIRA NEVES,**  
sócio da Morais Leitão



**JOÃO HONORATO,**  
sócio da Morais Leitão

que a nossa economia ainda está fragilizada pela realidade pandémica”, notou Paula Gomes Freire.

A última tendência apontada pela líder da VdA tem a ver com as sanções à Rússia que têm suscitado interesse sobre o respetivo enquadramento jurídico, pelo que têm vindo a desenvolver algum trabalho nessa frente.

Já Bruno Ferreira acredita que as sanções impostas à Rússia irão acelerar o movimento europeu de obrigação de *due diligence* das empresas na área de direitos humanos. “Além deste *enforcement* comunitário, o tema da reputação ligado aos fornecedores e posicionamento face à sustentabilidade será uma prioridade estratégica das empresas e dos Estados”, acrescentou.

O *managing partner* da PLMJ apontou ainda que os temas do *governance* das empresas e do *compliance* operacional vão entrar num outro nível de exigência,



ainda que já vinham subindo nas prioridades das lideranças das empresas. “E as empresas e Estados vão precisar de soluções robustas de planeamento de risco de gestão, acomodando a gestão do risco reputacional como um dos pilares da sua operação”, referiu.

Segundo os sócios da Morais Leitão João Honorato e Rui de Oliveira Neves, uma das tendências que podem emergir coloca-se no plano da gestão de riscos de cenários extremos e da resiliência das soluções jurídicas nesses casos, além do cada vez mais presente *compliance* de sanções internacionais.

Por outro lado, Francisco Espregueira Mendes acredita que as principais alterações que se notam nos escritórios de advogados nacionais e internacionais estão essencialmente ligadas à responsabilidade social.

#### ÁREA DA ENERGIA PODE CRESCER

No contexto deste conflito e das sanções impostas à Rússia, tanto por parte da União Europeia como dos Estados Unidos da América, poderá assistir-se a aumento da procura de serviços em áreas específicas. Os setores da energia, bancário e da imigração são alguns dos apontados pelos advogados.

“A área energética será uma das que expectavelmente terá maior procura por ser diretamente impactada pela situação, incluindo na avaliação do valor económico e reputacional do incumprimento contratual e no fecho de posições em derivados financeiros e em contratos de fornecimento de *commodities* energéticas, mas outras áreas como o M&A, a financeira ou a digital poderão ser igualmente influenciadas”, apontaram João Honorato e Rui de Oliveira Neves.

Manuel Andrade Neves e Sara Mendonça da Abreu Advogados acreditam que a procura não poderá ser concentrada numa só área de prática. “Iniciar-se-á com o setor de imigração e estender-se-á ao setor financeiro e bancário, passando, com especial ênfase, pela área de Direito Comercial e Societário. Estas áreas encontrar-se-ão, seguramente, entre as mais procuradas para resolver as problemáticas que resultam do quadro sancionatório

aplicável e que se colocam a nível transnacional”, defenderam.

Já Paula Gomes Freire destacou três diferentes áreas: Contra-Ordencional & Penal, “tendo presente o impacto das sanções”; Restruturações & Insolvências, “como sempre acontece em contextos de crise”; e Energia, “pela imperiosa necessidade de ponderação de alternativas em contexto de crise energética”.

“Seguramente que a área do Direito da Energia, de Bancário e Financeiro e Mercado de Capitais, na medida em que o acesso a capital vai ficar mais difícil e caro, num cenário de pressão inflacionista que desencadeará subidas de juros por parte do BCE”, referiu Bruno Ferreira. O líder destacou ainda a área de Corporate M&A.

Para o *managing partner* da PLMJ, esta é uma oportunidade para o desenvolvimento de outras formas de capitalização,

alinhadas com o imperativo da sustentabilidade. “Estamos a pensar em instrumentos de capitalização como as *green* e as *blue bonds*, por exemplo”, acrescentou.

Já o sócio da TELLES, Francisco Espregueira Mendes, apontou a área da mobilidade, de energia e recursos naturais, de digital, privacidade e cibersegurança e as áreas de *corporate* e de litigância ligadas ao cumprimento dos contratos como a que mais podem crescer. ●

**Os setores da energia, bancário e da imigração são alguns dos apontados pelos advogados que podem vir a crescer.**



**BRUNO FERREIRA,**  
managing partner da PLMJ



135

Diretor: António Costa  
 Diretora executiva: Filipa Ambrósio de Sousa  
 Mensal | Ano VIII | ABRIL 2022 | 5 euros  
 advocatus.pt

Powered by  eco.pt

# advocatus

ENTREVISTA

PEDRO REBELO  
 DE SOUSA

FUNDADOR  
 E MANAGING  
 PARTNER DA SRS

"O futuro do escritório  
 não sou eu"



## GUERRA NA UCRÂNIA

### Conflito vai ter efeito no setor

Escritórios de advogados preveem aumento de trabalho em Energia, Bancário e Imigração

## AMBIENTE

### Sustentabilidade é um desafio

Nem todas as firmas definiram metas climáticas, mas a sustentabilidade é uma preocupação